J.P.Morgan

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. nº 32.588.139/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") do semestre findo em 30 de junho de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a Corretora apresentou um lucro de R$ 34.935 mil, correspondente a R$ 4,63 por ação, sendo que no segundo semestre de 2016 apresentou lucro de R$ 47.288 mil. Em 30 de junho de 2017 o valor patrimonial por ação atingiu R$ 89,15 com aumento de 5,47% em relação ao semestre anterior. São Paulo, 17 de agosto de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		1.335.078	1.979.931
Disponibilidades	4	1.455	2.575
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	645.890	576.719
Aplicações no mercado aberto		156.600	15.700
Aplicações em depósitos interfinanceiros		489.290	561.019
Títulos e valores mobiliários	6	53.084	75.705
Carteira própria		-	36.466
Vinculados à prestação de garantias		53.084	39.239
Outros créditos		634.338	1.324.700
Rendas a receber		333	474
Negociação e intermediação de valores	8	631.343	1.320.408
Diversos	9	2.662	3.818
Outros valores e bens		311	232
Despesas antecipadas		311	232
Realizável a longo prazo		5.653	6.364
Outros créditos		5.653	6.364
Diversos	9	5.653	6.364
Permanente		5.916	6.303
Imobilizado de Uso		5.916	6.303
Imóveis de uso	10	5.624	5.624
Outras imobilizações de uso		1.777	1.703
(-) Depreciações acumuladas		(1.485)	(1.024)
Total do ativo		**1.346.647**	**1.992.598**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		667.630	1.351.713
Outras obrigações		667.630	1.351.713
Fiscais e previdenciárias	9 e 11	21.652	18.164
Negociação e intermediação de valores	8	635.915	1.320.820
Diversas	9	10.063	12.729
Exigível a longo prazo		5.778	6.891
Outras obrigações		5.778	6.891
Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.072	1.612
Diversas	9	3.706	5.279
Patrimônio líquido	14	673.239	633.994
Capital social		395.622	395.622
De domiciliados no país		395.622	395.622
Reservas de capital		1.600	578
Reservas de lucros		241.082	206.382
Lucros acumulados		34.935	31.412
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.346.647**	**1.992.598**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		36.627	42.068
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		36.627	42.068
Resultado bruto da intermediação financeira		36.627	42.068
Outras receitas/(despesas) operacionais		26.854	15.129
Receitas de prestação de serviços	12	59.672	44.857
Despesas de pessoal		(13.668)	(15.124)
Outras despesas administrativas	17	(11.506)	(7.547)
Despesas tributárias		(7.569)	(6.482)
Outras receitas operacionais		92	398
Outras despesas operacionais		(167)	(973)
Resultado operacional		63.481	57.197
Resultado antes da tributação sobre o lucro		63.481	57.197
Imposto de renda e contribuição social	13	(28.546)	(25.785)
Provisão para imposto de renda		(13.609)	(11.373)
Provisão para contribuição social		(11.001)	(9.108)
Ativo fiscal diferido		(3.936)	(5.304)
Lucro líquido do semestre		34.935	31.412
Quantidade de ações	14	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do semestre - R$		4,63	4,16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

	Reservas de capital			Reservas de lucros			
	Capital social	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	395.622	561	17	35.955	170.427	-	602.582
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	31.412	31.412
Em 30 de junho de 2016	395.622	561	17	35.955	170.427	31.412	633.994
Em 31 de dezembro de 2016	395.622	561	1.039	38.898	202.184	-	638.304
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	34.935	34.935
Em 30 de junho de 2017	**395.622**	**561**	**1.039**	**38.898**	**202.184**	**34.935**	**673.239**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	39.087	36.920
Lucro líquido do semestre	34.935	31.412
Ajuste ao lucro liquido:	4.152	5.508
Ativo fiscal diferido	3.936	5.304
Atualização de depósitos judiciais	(92)	(105)
Provisões para contingências	77	87
Depreciações	231	222
Variação de ativos e obrigações	(532.773)	(625.295)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(489.290)	(561.019)
Aumento em T.V.M	(40.033)	(30.829)
Aumento em outros créditos	(434.057)	(800.642)
Aumento em outros valores e bens	(151)	(61)
Aumento em outras obrigações	453.335	812.634
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.577)	(45.378)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(493.686)	(588.375)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(16)	(22)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(16)	(22)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(493.702)	(588.397)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	651.757	606.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	158.055	18.275
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(493.702)	(588.397)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pela Administração em 17 de agosto de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço no mercado, conforme publicado na ANBIMA. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535, do CMN, tem periodicidade anual. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. O ativo fiscal diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até Dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de Janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades no montante de R$ 1.455 (2016 – R$ 2.575) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R$ 156.600 (2016 – R$ 15.700) (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R$ 156.600 (2016 - R$ 15.700), com vencimento inferior a 90 dias, e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R$ 489.290 (2016 - R$ 561.019) realizadas com empresas do grupo com vencimento superior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários: (a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2017	Valor de mercado 2016
Títulos para negociação				
Carteira própria	-	-	-	36.466
LTN	-	-	-	36.466
Vinculados à prestação de garantias	53.055	29	53.084	39.239
LTN	53.055	29	53.084	39.239
Total da carteira de TVM	**53.055**	**29**	**53.084**	**75.705**

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Vinculados à prestação de garantias	-	53.084	53.084
Total da carteira – 2017	**-**	**53.084**	**53.084**
Total da carteira – 2016	**6.136**	**69.569**	**75.705**

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2017 e de 2016, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	-	402.505	897.957	691
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	631.343	233.395	422.451	1.320.129
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	15	-	-
Total	**631.343**	**635.915**	**1.320.408**	**1.320.820**

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros. **9. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R$ 4.156 (2016 - R$ 3.959) (Nota 11 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R$ 3.499 (2016 - R$ 4.483) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R$ 19.681 (2016 – R$ 16.527) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R$ 2.072 (2016 - R$ 1.612) (Nota 11 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R$ 10.981 (2016 - R$ 14.498), para despesas administrativas no valor de R$ 963 (2016 – R$ 827) e provisão para processos trabalhistas no montante de R$ 572 (2016 - R$ 543) (Nota 11 (b)). **10. Imobilizado de uso:** "Imobilizado de uso" está representado em 30 de junho de 2017 e 2016 por edificações, no valor de R$ 2.904 e terrenos, no valor de R$ 2.720. **11. Passivos contingentes e obrigações legais:** As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2017	2016	2017	2016
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	4.123	3.928	2.072	1.932
Trabalhistas	33	31	572	543
Total	**4.156**	**3.959**	**2.644**	**2.475**

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias Obrigações legais	Trabalhistas	Total 2017	Total 2016
Saldo inicial	**2.007**	**560**	**2.567**	**2.388**
Despesas financeiras - juros	65	12	77	87
Saldo final	**2.072**	**572**	**2.644**	**2.475**

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R$ 21.480 (2016 – R$ 20.076) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 e 2010, no valor de R$ 12.227 (2016 – R$ 11.591). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. **(d) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 2016, as contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montavam R$ 745. **12. Receitas de prestação de serviços:** Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R$ 59.500 (2016 – R$ 44.374). **13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias		
Contingências	226	266
Provisão de honorários advocatícios	380	353
Provisão para participação nos lucros	1.693	2.036
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(i))	1.134	1.811
Outros	66	17
Total de créditos tributários - ativo	**3.499**	**4.483**

No semestre foi constituído crédito tributário de R$ 30 (2016 - R$ 30) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R$ 3.966 (2016 - R$ 5.334). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R$ 3.499 é estimada em 50% no 1º ano, 14% do 2º ao 3º ano, 8% no 4º ano, 1% no 5º ano, 2% do 6º ao 7º ano, 3% do 8º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R$ 2.840 (2016 - R$ 3.192). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2017 e de 2016. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	63.481	57.197
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(28.566)	(25.739)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(86)	(37)
Outros	106	(9)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	**20**	**(46)**
Total da Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	**(28.546)**	**(25.785)**

14. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. **15. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Instituição registrou despesa de R$ 500 (2016 – R$ 469) relacionada a contribuições para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito *(vesting period)*, de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2017	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2016	21.700	1.235
Ações outorgadas durante o semestre *(granted)*	12.715	1.072
Ações entregues no semestre *(vested)*	(16.658)	(1.132)
Transferência de funcionários	(1.100)	(66)
Ações em circulação em 30/06/2017	16.657	1.109

	2016	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2015	28.727	1.572
Ações outorgadas durante o semestre *(granted)*	8.213	470
Ações entregues no semestre *(vested)*	(14.487)	(765)
Transferência de funcionários	(753)	(42)
Ações em circulação em 30/06/2016	21.700	1.235

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2017, incluindo encargos sociais, é de R$ 5.154 (2016 – R$ 8.050). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R$ 1.806 (2016 – R$ 1.693), incluindo os encargos sociais. **16. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	2017		2016	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	**1.455**	**-**	**2.575**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	1.455	-	2.575	-
Aplicações em operações compromissadas	**156.600**	**1.699**	**15.700**	**1.449**
Banco J.P. Morgan S.A.	156.600	1.699	15.700	1.449
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**489.290**	**31.173**	**561.019**	**36.541**
Banco J.P. Morgan S.A.	489.290	31.173	561.019	36.541
Outros créditos - rendas a receber	**333**	**-**	**1.476**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	333	-	1.476	-
Negociações e intermediações de valores	**14.080**	**1.128**	**5.897**	**4.197**
Banco J.P. Morgan S.A.	14.080	455	5.897	2.444
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	526	-	846
JP Morgan Whitefriars Inc	-	147	-	483
Lawton Multimercado	-	-	-	424
Despesas de pessoal	**(4.324)**	**(970)**	**(7.083)**	**(1.079)**
JPMorgan Chase & CO.	(4.324)	(970)	(7.083)	(1.079)
Outras despesas administrativas	**(1.227)**	**(7.479)**	**(1.560)**	**(3.315)**
Banco J.P. Morgan S.A.	(1.227)	(7.479)	(1.560)	(3.315)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **17. Outras informações:** "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesa de processamento de dados R$ 1.456 (2016 – R$ 871), despesa de serviços do sistema financeiro R$ 7.418 (2016 – R$ 3.338), despesas de comunicações R$ 280 (2016 – R$ 681), despesa com serviços de terceiros R$ 1.150 (2016 – R$ 1.239), despesas com depreciação no valor de R$ 231 (2016 – R$ 222), despesa com serviços técnicos especializados no valor de R$ 166 (2016 – R$ 284) e despesas com viagens no valor de R$ 189 (2016 – R$ 271).

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor -** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2017

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3